



ENC: Ofício de diligência referente ao Ofício de nº 0009/2026

De Coordenadoria de Expediente <EXPEDIENTE@alesc.sc.gov.br>

Data Sex, 2026-08-07 08:24

Para Secretaria Geral <secgeral@alesc.sc.gov.br>

 3 anexos (10 MB)

certidão de personalidade jurídica Labre.pdf; Estatuto LABRE SC ESCANEADO.pdf; ATA ASSEMBLEIA ELEICAO 2024-2026.pdf;

Prezado (a),

Seguem documentos recebidos por esta Coordenadoria para inclusão e leitura no Expediente da Sessão Plenária.

Favor confirmar o recebimento.

Atenciosamente,

Juliane Rocha

Coordenadoria de Expediente

Telefones (48) 3221-2954 / 3221-2560



De: Ruan Rodrigues <ruandr@hotmail.com>

Enviado: quinta-feira, 6 de agosto de 2026 17:48

Para: Coordenadoria de Expediente <EXPEDIENTE@alesc.sc.gov.br>

Assunto: RE: Ofício de diligência referente ao Ofício de nº 0009/2026

Boa tarde!!

Em primeiro lugar, agradeço a resposta de nossa solicitação ao Legislativo, seguem os documentos estatuto e ata, incluindo a certidão de personalidade jurídica emitida e dado fé pelo tabelião MARCELO SANTOS DA SILVA, expondo a denominação social correta da entidade!!

Att

Ruan - ALFACONT (48)32653010

De: Coordenadoria de Expediente <EXPEDIENTE@alesc.sc.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 6 de agosto de 2026 16:18

Para: ruandr@hotmail.com <ruandr@hotmail.com>

Assunto: Ofício de diligência referente ao Ofício de nº 0009/2026

Boa tarde.

Segue em anexo o ofício de diligência referente ao Ofício de nº 0009/2026.

A resposta ao ofício deverá ser encaminhada neste e-mail.

Favor confirmar recebimento.

João Douglas Silva
Analista Legislativo III
Coordenadoria de Expediente
Telefones (48) 3221-2954 / 3221-2560



Esta mensagem se trata de correspondência eletrônica para uso exclusivo de seu destinatário e pode conter informações confidenciais, que todas as informações contidas devem ser tratadas como confidenciais e não devem ser divulgadas a terceiros sem o prévio consentimento do seu remetente; e, caso não seja o destinatário e/ou a tenha recebido por engano, deve devolvê-la ao remetente e eliminá-la do seu sistema, não divulgando ou utilizando de forma total ou parcial as informações contidas em seu texto e/ou anexos.

Esta mensagem se trata de correspondência eletrônica para uso exclusivo de seu destinatário e pode conter informações confidenciais, que todas as informações contidas devem ser tratadas como confidenciais e não devem ser divulgadas a terceiros sem o prévio consentimento do seu remetente; e, caso não seja o destinatário e/ou a tenha recebido por engano, deve devolvê-la ao remetente e eliminá-la do seu sistema, não divulgando ou utilizando de forma total ou parcial as informações contidas em seu texto e/ou anexos.

Esta mensagem se trata de correspondência eletrônica para uso exclusivo de seu destinatário e pode conter informações confidenciais, que todas as informações contidas devem ser tratadas como confidenciais e não devem ser divulgadas a terceiros sem o prévio consentimento do seu remetente; e, caso não seja o destinatário e/ou a tenha recebido por engano, deve devolvê-la ao remetente e eliminá-la do seu sistema, não divulgando ou utilizando de forma total ou parcial as informações contidas em seu texto e/ou anexos.



LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RÁDIO EMISSÃO – LABRE LABRE-SC ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º A Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão - LABRE - Santa Catarina, doravante denominada simplesmente LABRE-SC, com sede na Rua Jeronimo Coelho, 325, Centro, em Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ nº 83.258.608/00001-48, é uma associação civil de direito privado, de âmbito nacional, sem fins econômicos, com duração indeterminada e constituída por um número ilimitado de associados.

§ 1º A Direção Estadual da LABRE-SC tem sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina.

§ 2º A LABRE-SC, tem personalidade jurídica distinta dos seus administradores e associados, que não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, e está vinculada à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão – LABRE, de âmbito nacional e com sede em Brasília-DF, através do inter-relacionamento dos seus Conselhos e Presidências, tendo cada uma seus bens, direitos e obrigações individualizados.

§ 3º A LABRE-SC é uma associação autônoma e com personalidade jurídica própria, agregada à LABRE como membro estadual do seu Conselho Diretor, assegurado o direito de intervenção e/ou suspensão.

§ 4º São símbolos da LABRE-SC o pavilhão, o selo e o distintivo, conforme disposto no Regimento Interno.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES

Art. 2º A LABRE-SC tem por finalidade promover e estimular:

- I - o desenvolvimento do radioamadorismo, em todas as suas modalidades;
- II - a pesquisa científica e o desenvolvimento técnico-operacional no campo das telecomunicações;
- III - a colaboração com os órgãos governamentais de telecomunicações na forma da legislação pertinente;
- IV - o intercâmbio técnico, científico, social e cultural com entidades congêneres;
- V - a orientação administrativa e operacional na execução do serviço de radioamador;





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

VI - as atividades filantrópicas, sociais, assistenciais, culturais, educativas, recreativas e desportivas;

VII - a defesa dos direitos dos seus associados na área administrativa, em qualquer instância;

VIII - as atividades cívicas, morais e intelectuais, visando o culto à pátria, às instituições, à família e a dignificação do homem.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º Para realizar suas finalidades e atingir seus objetivos, a Diretoria Estadual da LABRE-SC, tem a seguinte organização básica:

- 1 – Assembleia Geral
- 2 – Conselho Estadual
- 3 – Comissão Fiscal
- 4 - Diretoria Estadual
 - 4.1 – Presidente Estadual
 - 4.2 – Vice-Presidente Estadual
 - 4.3 – Diretor Financeiro
 - 4.4 – Diretor *Bureau* QSL
 - 4.5 – Diretor Administrativo
 - 4.6 – Diretor de Radioamadorismo

§ 1º O Presidente do Conselho Estadual e o Presidente Estadual são os representantes da LABRE-SC junto da LABRE na qualidade de integrantes do Conselho Diretor.

§ 2º Na falta de candidatos para quaisquer dos cargos listados no item 4 (quatro), acima, pertinentes a Diretoria Estadual, o Presidente e o Vice-Presidente acumularão as atividades inerentes aos cargos em vacância até que os mesmos sejam preenchidos.

Art. 4º A Assembleia Geral é constituída pela totalidade dos associados adimplentes, remidos e isentos, jurisdicionados no âmbito da área da LABRE-SC.

Art. 5º São Atribuição da Assembleia Geral:

I – eleger e destituir os membros do Conselho Estadual, Presidente e Vice-Presidente da LABRE-SC, ficando a seu critério a manutenção ou não dos ocupantes dos cargos de Diretoria que tenham sido nomeados pelos destituídos;

II – autorizar a alienação a qualquer título, o arrendamento, a oneração ou o gravame dos bens imóveis da LABRE-SC;





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

III – alterar o Estatuto da LABRE-SC;

IV – dissolver a Associação;

V – resolver os casos omissos neste Estatuto.

§ 1º A Assembleia Geral será convocada de ofício pelo Presidente do Conselho Estadual ou por 1/5 (um quinto) de seus membros e, de igual forma, será sempre instalada com um quórum de 1/5 (um quinto) dos associados adimplentes em primeira convocação e após decorridos 30 (trinta) minutos, em segunda convocação, com qualquer número de associados adimplentes.

§ 2º A Assembleia Geral é instalada pela ordem: primeiro pelo Presidente do Conselho Estadual, em sua falta pelo Vice-Presidente do Conselho Estadual ou em suas ausências, pelo associado presente com mais tempo de associação, que abrirá os trabalhos, os quais serão dirigidos por um Presidente eleito pelo plenário.

§ 3º Cabe ao Presidente da Assembleia Geral compor a mesa diretora dos trabalhos e designar um secretário.

§ 4º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto unitário da maioria dos associados presentes.

§ 5º As matérias previstas nos incisos I, III e IV deste artigo somente poderão ser deliberadas em Assembleia especificamente convocada para este fim.

Art. 6º O Conselho Estadual é o órgão normativo, deliberativo e fiscalizador da LABRE-SC.

§ 1º O Conselho Estadual é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

§ 2º Os Conselheiros serão eleitos pelos associados em gozo de seus direitos sociais, através de eleição direta.

§ 3º Os membros do Conselho Estadual deverão ser Radioamadores com mais de 1 (um) ano de filiação na LABRE-SC, maiores de 18 (dezoito) anos, eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, na forma estabelecida no Regimento Interno.

Art. 7º É competência do Conselho Estadual eleger o Presidente e o Vice-Presidente da LABRE-SC, quando o processo de eleição conta com apenas candidatos únicos.

Art. 8º O Conselho Estadual terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pelos seus pares, por ocasião da reunião de sua instalação.

Filiani



de



LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

Art. 9º O Conselho Estadual reunir-se-á:

I - mensalmente, em reunião ordinária, segundo dispuser o Regimento Interno;

II - extraordinariamente, em qualquer época, quando necessário;

§ 1º As reuniões serão convocadas de ofício pelo Presidente do Conselho Estadual.

§ 2º Sempre que houver interesse justificado, o Presidente Estadual ou a maioria dos membros efetivos do Conselho Estadual poderá solicitar ao seu Presidente a sua convocação extraordinariamente.

§ 3º No caso de recusa do Presidente do Conselho Estadual, a convocação, extraordinariamente, poderá ser feita pelo Presidente Estadual ou pela maioria dos membros do próprio Conselho Estadual, conforme o caso.

Art. 10 As deliberações do Conselho Estadual serão tomadas pelo voto da maioria simples dos membros presentes na reunião.

§ 1º Os membros efetivos que não comparecerem a sessão, serão substituídos pelos membros suplentes presentes ou convocados previamente.

§ 2º Os membros suplentes, presentes à sessão e que não estiverem substituindo membros efetivos, participarão dos trabalhos sem direito a voto.

Art. 11 O Presidente Estadual e o Vice-Presidente Estadual, se desejarem, poderão participar das reuniões do Conselho Estadual, com direito a palavra, mas sem direito a voto.

§ 1º Quando convocado pelo Presidente do Conselho Estadual, o Presidente da LABRE-SC poderá fazer-se assessorar pelos auxiliares e diretores que julgar necessário.

§ 2º É lícito o comparecimento de representantes da Diretoria Estadual às reuniões do Conselho Estadual.

Art. 12 É permitida a participação dos associados nas reuniões do Conselho Estadual, desde que não declaradas sigilosas pelo seu Presidente.

Art. 13 Compete ao Conselho Estadual:

I - eleger os membros da Comissão Fiscal;

II – julgar o relatório e as contas da gestão anual do Diretoria Estadual;

III – votar o orçamento anual, da receita e despesa, elaborado pela Diretoria Estadual;

Página 4 de 18





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

- IV – decidir sobre os pedidos de reconsideração de ato contra suas próprias decisões;
- V – decidir em primeira instância os recursos que lhes forem impetrados contra decisões do Diretor Estadual;
- VI – promover ou determinar diligências na área de sua jurisdição, adotando as medidas que julgar necessárias;
- VII – aprovar os Regimentos Internos e o Código Eleitoral;
- VIII – julgar os pareceres da Comissão Fiscal e adotar providencias pertinentes;
- IX – suspender o exercício de cargo ou função de qualquer membro do Conselho Estadual ou da Diretoria Estadual, mediante processo regular, assegurando o direito de defesa da parte envolvida, convocando assembleia Geral para cassar o mandato eletivo quando as circunstâncias assim o exigirem, dando-se ciência ao interessado;
- X – julgar as propostas de admissão, readmissão ou de exclusão no quadro social da LABRE-SC;
- XI – autorizar a aquisição de bens imóveis para o patrimônio da associação, não prevista no Orçamento Estadual;
- XII – instruir os recursos que devem ser encaminhados à instância superior;
- XIII – convocar o Presidente da Estadual, quando necessário;
- XIV – praticar atos normativos ou deliberativos, obedecidas às prescrições deste Estatuto, na área da respectiva jurisdição;
- XV – elaborar, discutir e submeter a Assembleia Geral alterações estatutárias;

Art. 14 A Comissão Fiscal é o órgão de representação do Conselho Estadual e a ele diretamente subordinado, exercendo as atribuições de fiscalização, orientação e controle dos atos e fatos administrativos e financeiros praticados na gestão da Diretoria Estadual.

§ 1º A Comissão Fiscal é constituída de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos ou nomeados pelo Conselho Estadual, para um mandato de 2 (dois) anos.

§ 2º Os membros da Comissão Fiscal deverão ser associados com mais de 2 (dois) anos de inscrição no quadro social da LABRE-SC.

§ 3º A função de membro da Comissão Fiscal, efetivo ou suplente, é incompatível com o





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

exercício de qualquer outro cargo estatutário ou funcional, ainda que temporário.

Art. 15 A Comissão Fiscal da LABRE-SC reunir-se-á:

I – ordinariamente, na primeira quinzena de cada mês, para tomada de contas da tesouraria referente ao mês anterior a fiscalização da escrituração contábil da Diretoria Estadual, e;

II – extraordinariamente, em qualquer época, por convocação de seu presidente, por determinação do Conselho Estadual, ou por solicitação do Diretor Estadual.

§ 1º Nos quinze dias subsequentes ao término do exercício financeiro anual, a Comissão Fiscal procederá tomada de contas da gestão anual do Presidente Estadual, emitindo o parecer correspondente para efeito de julgamento por aquele Órgão.

§ 2º A tomada de contas da Diretoria Estadual, a fiscalização da escrituração contábil e o exame do balanço e das contas da gestão anual exigem a presença da totalidade dos membros efetivos da Comissão Fiscal.

§ 3º Em caso de impedimento, os membros efetivos da Comissão Fiscal serão substituídos pelos membros suplentes presentes ao ato ou convocados previamente.

§ 4º No parecer decorrente do exercício da Comissão Fiscal será admitido o voto em separado com a respectiva justificação.

Art. 16 O exercício financeiro da Seção Estadual será encerrado anualmente, no dia 31 de outubro.

Art. 17 A Comissão Fiscal terá um presidente eleito pelos seus pares, efetivos e suplentes, na primeira reunião que realizar após a posse dos membros.

§ 1º O presidente da Comissão Fiscal nomeará um secretário escolhido entre os associados, sendo demissível “ad nutum”.

§ 2º O presidente da Comissão Fiscal será substituído, nos seus impedimentos eventuais, pelo membro efetivo de maior antiguidade no quadro social.

§ 3º No caso de renúncia ou perda de mandato, o novo presidente será eleito pelos membros efetivos e suplentes da Comissão Fiscal, cujo número será completado pelo suplente convocado.

Art. 18 Compete a Comissão Fiscal:

I – Examinar e fiscalizar a escrituração contábil e patrimonial;

II – Proceder a tomada de contas da Administração Financeira e Patrimonial,

Página 6 de 18





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

mensalmente;

III – Sindicar os procedimentos administrativos, financeiros e patrimoniais;

IV – Fiscalizar os depósitos bancários, os documentos de crédito e o dinheiro em caixa, confrontando-os com a escrituração contábil e com os extratos das contas-correntes bancárias;

V – Emitir parecer circunstanciado sobre exames que houver realizado na área de suas atividades;

VI – Relatar ao Conselho Estadual, em cada reunião ordinária e, eventualmente extraordinária, as suas atividades no exercício financeiro e patrimonial, como órgão delegado, na forma deste Estatuto;

VII – dar parecer sobre assunto de sua competência quando determinado pelo Conselho Estadual ou solicitado pelo Diretor Estadual;

VIII – orientar a Diretoria Estadual na elaboração do orçamento e no exercício das atividades administrativas relacionadas com a gestão econômico-financeira patrimonial;

IX - A competência da Comissão Fiscal se estende às Subdiretorias Estaduais da área jurisdicionada pela LABRE-SC.

Art. 19 A Diretoria Estadual é o órgão executivo da LABRE-SC com atribuições definidas neste Estatuto e seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Compete a Diretoria Estadual representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente ou por procurador legalmente habilitado, os interesses da LABRE-SC.

Art. 20 A Diretoria Estadual será eleita pela assembleia Geral em eleição direta para um mandato de 2 (dois) anos, e será constituída por chapa de 2 (dois) integrantes assim designados: Presidente Estadual e Vice-Presidente Estadual. Estes deverão ser radioamadores com no mínimo de 1 (um) ano de inscrição no quadro social da LABRE-SC.

§ 1º Dentro da estrutura da Diretoria Estadual poderá o Presidente Estadual criar órgãos auxiliares para atendimento das atividades correspondentes, nomeando e exonerando livremente os respectivos titulares, além daqueles descritos nos itens 3.4 a 3.6, do art.3.

Art. 21 O Presidente Estadual será substituído nos impedimentos eventuais pelo Vice-Presidente e este pelo Diretor de maior antiguidade no quadro social.

§ 1º No caso de renúncia, falecimento ou perda de mandato nos primeiros 12 (doze) meses





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

do período eletivo, o Presidente Estadual será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, o Conselho Estadual deverá convocar eleições no prazo de 60 (sessenta) dias, para complemento do mandato respectivo.

§ 3º Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente Estadual na segunda metade do período eletivo, o Vice-Presidente completará o mandato correspondente.

§ 4º Ocorrendo a vacância concomitante dos cargos de Presidente e Vice-Presidente Estadual, em qualquer época, o Presidente do Conselho designará um Diretor para responder pela Administração da Diretoria Estadual, até que se procedam as eleições para provimento dos cargos vagos.

§ 5º As eleições para provimento dos cargos no caso do parágrafo anterior só se processarão no caso da vacância ocorrer na primeira metade do mandato, devendo o Conselho Estadual observar o que determina o parágrafo 2º deste artigo.

§ 6º Quando a vacância concomitante ocorrer na segunda metade do mandato ou quando o período de vacância for superior a 360 dias, não se processarão as eleições e o Diretor designado completará o período eletivo.

Art. 22 São atribuições da Diretoria Estadual:

I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto da LABRE-SC, o Código Eleitoral, o regimento interno, as recomendações e resoluções e recomendações do Conselho Estadual e demais ordenações legais;

II - manter-se em vigilante defesa dos interesses da LABRE em geral e da LABRE-SC em particular;

III - zelar pelo patrimônio moral e material da entidade;

IV – propor ao Conselho Estadual a admissão, a readmissão e a exclusão dos associados;

V - elaborar o orçamento anual de receita e despesa, submetendo-o a aprovação do Conselho Estadual;

VI - colaborar com as autoridades regionais de telecomunicações na forma estabelecida na legislação federal pertinente;

VII – elaborar, revisar periodicamente e manter atualizado o Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Estadual;

VIII – praticar outros atos administrativos necessários à implementação das atividades da Diretoria Estadual, desde que não contrariem disposição legal;





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

Art. 23 São Atribuições do Presidente Estadual:

- I - Estabelecer e manter relação com os poderes constituídos e, em especial, com os órgãos federais de telecomunicações da área de jurisdição da Diretoria;
- II – estabelecer e manter relações com entidades congêneres nacionais;
- III – representar a LABRE-SC em juízo ou fora dele, por si ou por procuração;
- IV – representar a LABRE-SC em reuniões de interesse associativo, por si ou por delegação;
- V – presidir a administração da LABRE-SC na forma estabelecida neste Estatuto e Regimento Interno e demais ordenações legais;
- VI – nomear, licenciar e exonerar livremente, auxiliares não remunerados na Administração Estadual;
- VII – admitir, licenciar e demitir auxiliares administrativos remunerados, observada a legislação federal pertinente;
- VIII – impor sanções disciplinares a funcionários e associados na forma das normas que a regulam;
- IX – conhecer dos pedidos de reconsideração de ato, decorrentes de penalidades que haja aplicado;
- X – instruir os recursos que devam ser encaminhados à instância superior;
- XI – conhecer dos recursos impetrados por associados contra qualquer ato julgado lesivo ou contrário aos interesses da LABRE ou da LABRE-SC, ou pelos mesmos considerados injusto ou ilegal;
- XII – solicitar a convocação da Comissão Fiscal ou a sua colaboração quando necessária;
- XIII – nomear e exonerar os Diretores Estaduais, e;
- XIV – praticar outros atos administrativos necessários à implementação das suas atividades, desde que não contrariem disposição legal.

Art. 24 De acordo com as conveniências administrativas e os interesses dos associados jurisdicionados, o Presidente Estadual poderá propor ao Conselho Estadual a criação de Subdiretorias Estaduais abrangendo cada uma, um ou mais municípios limítrofes na área jurisdicionada.





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

§ 1º O ato de criação da Subdiretoria Estadual especificará sua jurisdição e sede.

§ 2º A organização e normas de funcionamento da Subdiretoria Estadual serão regulados pelo Regimento Interno da Seção.

CAPÍTULO IV – DAS CATEGORIAS SOCIAIS

Art. 25 O quadro social da LABRE-SC é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I – Efetivos: Os que tenham assegurado o pleno gozo dos seus direitos sociais conferidos por este Estatuto;

II – Juvenis: Os menores de 18 anos, na forma do estabelecido no inciso I;

III – Beneméritos: Os associados efetivos que, em retribuição a atos de benemerência prestados à LABRE-SC, façam jus a essa distinção;

IV – Correspondentes: Os nacionais de outros países que aceitem representar a LABRE-SC em determinadas circunstâncias.

Art. 26 Os associados compreendem as seguintes classes:

I – Contribuintes: Os maiores de 18 (dezoito) anos de idade, sujeitos ao pagamento da anuidade estabelecida;

II – Isentos: Os dispensados do pagamento da anuidade estabelecida, na forma deste Estatuto;

III – Remidos: Os associados que tenham adquirido esta condição na forma deste Estatuto.

CAPÍTULO V – DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 27 O valor da anuidade a que estão sujeitos os associados jurisdicionados será fixado pela Diretoria Estadual e terá vencimento sempre no dia 31/01 de cada ano.

Art. 28 Quando ocorrer mudança de domicílio, a transferência de jurisdição do associado será efetivada mediante ofício da direção de origem, que informará os dados pessoais e a respectiva situação do associado, quanto ao pagamento da anuidade estatutária.

Parágrafo único. Nenhum associado terá assistência da direção em cuja área de jurisdição fixar residência ou domicílio, sem o cumprimento do que estabelece este artigo.

Filiani



[Handwritten signature]



LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

Art. 29 A Diretoria Estadual poderá instituir:

I – Taxa de expediente para admissão no quadro social, custeio e manutenção de serviços especiais ou facultativos.

Art. 30 Está isento da mensalidade definida no Art. 27 deste Estatuto:

I – O associado benemérito, o honorário, o correspondente, o efetivo remido, o juvenil e o cônjuge do associado, também detentor de COER – Certificado de Operador de Estação de Radioamador;

II – O Radioamador residente no estado de Santa Catarina que for acometido por doença grave, na forma da lei federal nº 7.713/88 e suas atualizações.

Art. 31 A isenção de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será concedida pelo Diretor Estadual, com aprovação do respectivo Conselho, mediante requerimento do interessado, instruído com documento hábil e que comprova o alegado.

Parágrafo único. Concedida a isenção, deverá a Diretoria Estadual fazer a devida comunicação à Administração Nacional, para o competente registro na ficha cadastral do associado.

CAPÍTULO VI – DA ADMISSÃO, EXCLUSÃO e READMISSÃO

Art. 32 A admissão no quadro social de pessoa física ou jurídica será efetivada na Direção Estadual mediante proposta solicitada via site da LABRE-SC no link <https://www.labre-sc.org.br/associe-se/>.

§ 1º O conselho Estadual poderá estabelecer procedimentos específicos, a seu cargo, para aprovar admissões e readmissões de associados.

§ 2º Efetivada a admissão ou a readmissão, a Diretoria Estadual comunicará o fato à Administração Nacional, para fins de cadastramento, expedição de diploma e ou carteira social.

Art. 33 A exclusão do quadro social ocorrerá:

I – por falecimento do associado;

II – por solicitação do próprio associado;

III – por processo administrativo nos termos do Art. 39 deste instrumento.

Parágrafo único. A exclusão do associado jurisdicionado será efetivada pela respectiva Diretoria Estadual e imediatamente comunicada à Administração Nacional, para o





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

competente registro cadastral.

Art. 34 Poderão ser readmitidos no quadro social os associados que tenham sido excluídos na forma do inciso II do art. 34 e inciso IV do artigo 39 deste Estatuto, consoante procedimento do art. 33 e seus parágrafos.

Parágrafo único. A readmissão será processada na forma do Art. 33 e seus parágrafos.

Art. 35 A partir de setembro de 2006, fica extinta a remissão, resguardando-se o direito dos associados ingressos anteriormente a esta data, os quais alcançarão a remissão após completarem 25 (vinte e cinco) anuidades.

CAPÍTULO VII – DOS DIREITOS E DEVERES SOCIAIS

Art. 36 São direitos do associado quando em dia com sua anuidade e demais obrigações sociais:

- I – frequentar as dependências da LABRE-SC;
 - II – votar e ser votado, respeitando as condições estatutárias e regimentais;
 - III – assistir as reuniões dos órgãos diretivos, normativos e deliberativos, na forma estabelecida;
 - IV – propor a admissão e a readmissão no quadro social, observadas as condições;
 - V – sugerir medidas que julgue de interesse da LABRE-S ou do quadro social;
 - VI – solicitar reconsideração de penalidade que haja sofrido;
 - VII – recorrer de qualquer ato que julgue lesivo aos interesses da LABRE ou aos seus próprios;
 - VIII – participar das atividades promovidas pela LABRE;
 - IX – usar os símbolos da LABRE;
 - X – ter assessoramento da LABRE-SC junto aos órgãos públicos, em todos os assuntos relacionados ao radioamadorismo;
 - XI – expedir e receber cartões QSL, via LABRE, padronizados em dimensões e gramatura, observadas as disposições dos respectivos bureaux, inclusive internacionais;
 - XII – representar qualquer órgão da LABRE-SC, quando devidamente credenciado.
- Parágrafo único** Os dependentes dos associados tem direito a frequentar as dependências





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

da LABRE-SC e participar das atividades promovidas pelos órgãos diretivos.

Art. 37 São deveres do associado:

- I – cumprir as disposições estatutárias, regimentais e administrativas e, quando radioamador, também a legislação que rege o respectivo serviço;
- II – acatar as decisões dos órgãos diretivos, normativos e deliberativos, emprestando-lhe o máximo apoio;
- III – promover a LABRE-SC através da sua atuação no seio da comunidade;
- IV – não incluir nas suas transmissões, críticas ou comentários desairosos à atuação da LABRE-SC e dos poderes constituídos, utilizando os canais competentes para fazer sugestões ou recorrer atos que julgue lesivos aos interesses da LABRE-SC ou aos seus próprios interesses;
- V – satisfazer pontualmente as contribuições a que estiver sujeito;
- VI – prestigiar de todas as formas as promoções da LABRE-SC;
- VII – colaborar com os serviços de emergência, sempre que solicitado pela autoridade competente;
- VIII – manter o espírito associativo em qualquer circunstância;
- IX – zelar pela conservação e manutenção do patrimônio da entidade;
- X – cumprir as obrigações que assumir, ao aceitar cargos ou funções para as quais tenha sido nomeado e ou eleito;
- XI – zelar pelo bom conceito da entidade, mantendo atitude elevada dentro ou fora da sede social, tratando com urbanidade os diretores, as autoridades, os associados e os funcionários.

CAPÍTULO VIII – DAS PENALIDADES

Art. 38 Os associados estão sujeitos as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – suspensão dos direitos sociais até 60 (sessenta) dias;
- III – exclusão do quadro social.





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

§ 1º As penalidades especificadas nos incisos I, II e III deste artigo são aplicáveis também aos dependentes dos associados.

§ 2º A advertência tem caráter pessoal e reservado.

§ 3º As penalidades, ainda que aplicadas a seus dependentes, constará do registro do associado e a ele será comunicada por escrito.

Art. 39 Ocorrerá a suspensão dos direitos sociais:

I – quando o associado ou dependente transgredir, por ação ou omissão, dispositivos estatutários, regimentais ou administrativos.

Parágrafo único. A suspensão de que trata este artigo será sempre precedida de uma advertência na primeira falta e censura, na segunda.

Art. 40 Ocorrerá a exclusão do quadro social nos seguintes casos:

I – prática ou atos atentatórios aos princípios vigentes da moral e dos bons costumes ou contra o patrimônio da LABRE-SC;

II – reiteração na prática de transgressões às normas estatutárias ou regimentais, a juízo da autoridade julgadora;

III - falta de pagamento de qualquer contribuição a que estiver sujeito o associado;

IV – a exclusão dar-se-á, automaticamente, após três meses de caracterizada a inadimplência.

Art. 41 A efetiva exclusão do quadro social será processada a vista de processo regular, comunicando-se a LABRE para o respectivo cadastro.

Art. 42 Cabe ao Conselho Estadual presidir e julgar o procedimento de exclusão de associado.

Art. 43 Na aplicação das penalidades, deverão ser considerados:

I – as circunstancias agravantes e as atenuantes;

II – os danos causados.

CAPÍTULO IX – DA RECONSIDERAÇÕES DE ATO E DOS RECURSOS

Art. 44 O associado que sofrer qualquer penalidade poderá, no prazo de 30 (trinta) dias de cientificado por qualquer meio, solicitar reconsideração do ato à autoridade julgadora.





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

Art. 45 Caberá recurso:

I – das decisões do Presidente Estadual para o Conselho Estadual;

II – das decisões do Conselho Estadual para o Conselho Nacional.

Art. 46 O recurso será sempre voluntário e será interposto mediante petição apresentada à autoridade recorrida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do conhecimento, por qualquer meio, da improcedência do recurso e será recebido apenas no efeito devolutivo.

§ 1º A autoridade recorrida terá 30 (trinta) dias da data do recebimento da petição para encaminhá-lo à autoridade julgadora.

§ 2º Da decisão da autoridade julgadora caberá recurso à instância superior.

CAPÍTULO XI – DA PERDA DO MANDATO

Art. 47 Perderá o mandato eletivo ou de nomeação, o ocupante do cargo ou função que:

I – sofrer penalidade que importe na perda dos direitos sociais;

II – deixar de comparecer, sem motivo justificado a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, por ano de exercício funcional;

III – renunciar ao mandato ou nomeação;

IV – praticar ato incompatível com a função de que for titular, provado em processo administrativo;

V – praticar ato atentatório aos princípios vigentes da moral e dos bons costumes ou ao patrimônio social;

VI – tiver cassado o Certificado de Operador de Estação de Radioamador.

Parágrafo único. A perda de mandato ou de nomeação, nas condições deste artigo, será determinada:

I – pelo Diretor Estadual, com relação aos titulares de cargos não eletivos;

II – pelo Conselho Estadual com relação aos seus membros, aos membros da Comissão Fiscal e aos membros da diretoria;

III – pelo Conselho Nacional em caso de recurso.

Página 15 de 18



Febiani

de



LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

CAPÍTULO XII – DO PATRIMÔNIO

Art. 48 Patrimônio é o conjunto de todas as disponibilidades, créditos e bens móveis e imóveis, contabilizados no “ativo” do balanço, e se origina de:

- I – anuidades e emolumentos de associados;
- II – dotações orçamentárias federais, estaduais ou municipais, eventualmente consignadas em favor da entidade;
- III – doações, subvenções, auxílios, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- IV – bens móveis e imóveis adquiridos;
- V – outras rendas eventuais.

§ 1º Em caso de dissolução ou extinção, a LABRE-SC destinará seu eventual patrimônio remanescente à entidade congênere.

§ 2º A doação, permuta ou venda de imóvel pertencente a LABRE-SC, dar-se-á após decisão proferida em assembleia geral convocada especificamente para esse fim.

§ 3º Os bens móveis somente poderão ser doados, permutados ou vendidos, após decisão do Conselho Estadual.

§ 4º As receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional deverão ser aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais da LABRE-SC.

§ 5º Fica proibida, sob qualquer forma ou pretexto, a distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do patrimônio da associação aos associados.

CAPÍTULO XIII – DAS AGREMIações ASSOCIADAS

Art. 49 A LABRE-SC, poderá conceder associação a entidades que tenham finalidades e princípios semelhantes ao da LABRE-SC.

§ 1º A associação será processada na forma do Art. 32 deste Estatuto, ficando a entidade associada obrigada ao pagamento da anuidade.

§ 2º As agremiações associadas ficarão sujeitas às penas, de acordo com o artigo 39 deste Estatuto.





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50 Nenhum cargo eletivo ou de nomeação será remunerado, em qualquer órgão da LABRE-SC.

Art. 51 Os associados não respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelos órgãos dirigentes da LABRE-SC, ressalvadas as responsabilidades individuais decorrentes de cargo ou função que ocupem e importe em guarda e responsabilidade por bens patrimoniais.

Art. 52 Em qualquer correspondência oficial da LABRE-SC, não poderá ser omitido o nome de LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RÁDIO EMISSÃO - LABRE-SC.

Art. 53 As eleições sociais são instruídas por código Eleitoral próprio devidamente homologado pelo Conselho Estadual.

Art. 54 O exercício econômico-financeiro da Administração Estadual será encerrado anualmente no dia 31 de outubro.

Art. 55 Este Estatuto somente poderá ser alterado pela Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 56 A LABRE-SC, dentro dos limites orçamentários devidamente aprovados, poderá contratar sistemas de provedores e/ou servidores de internet, sistemas para arquivos em nuvens em redes de internet (e/ou “cloud services”), sistemas de transmissão e recepção, em tempo real, de dados de áudio e vídeo, sistemas de mensagens instantâneas e de videoconferência para suas atividades em geral, como assembleias e reuniões, bem como a contratação de aplicativos eletrônicos informatizados e específicos para a plataforma e/ou ferramenta de trabalho para sua administração. Poderá também ser considerado como “Sistema Único de Informação”, os sistemas disponibilizados pela LABRE-SC.

§ 1º Considerando a Regulamentação vigente, a LABRE-SC poderá convocar e realizar reuniões virtuais através de aplicativos via Internet.

§ 2º As informações complementares serão tratadas no Regimento Interno da LABRE-SC.

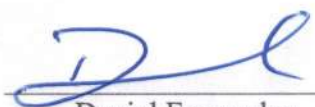
§ 3º Para publicidade de seus atos aos associados e terceiros, sejam de qual natureza forem, a LABRE-SC poderá se valer de meio eletrônico, nas plataformas e aplicativos disponíveis, respeitando-se a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Art. 57 O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, em 04 de setembro de 2024 e revoga integralmente o anterior então registrado.





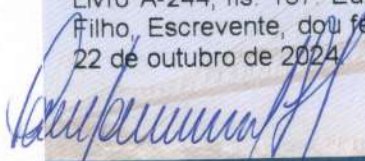
LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC


Daniel Fernandes
Presidente da LABRE-SC


Jair Marcelo Fabiani
OAB/SC 9.436

Florianópolis-SC, 04 de setembro de 2024.

Certifico que o presente Estatuto é parte integrante Ata de Alteração Estatutária e Estatuto da Liga de Amadores Brasileiros de Radio e Emissão LABRE/SC, registrada sob nº 69359, Livro A-244, fls. 157. Eu, Paulo Ricardo Jacomel Filho, Escrevente, dou fé e assino. Florianópolis, 22 de outubro de 2024.



1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, INTERDIÇÕES E TUTELAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Iolê Luz Faria - Registradora Titular.
Rua Emílio Blum, 131 - Sala 901 - Torre A - Centro - Florianópolis/SC - CEP 88.020-910
Telefones: (48) 3222-9290 - (48) 99989-6768 - E-mail: juridico@cartorioflorianopolis.com.br





LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC
ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – RECONHECIDA PELO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Fundada em 02 de fevereiro de 1934

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Estadual da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão – LABRE-SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 7, inciso I, do Estatuto Social;

RESOLVE

Convocar Assembleia Geral Extraordinária, conforme antecedência Estatutária, a realizar-se presencialmente no escritório da LABRE-SC, localizada no endereço Rua Jerônimo José Peixer, 500 Centro – São João Batista/SC e on-line via videoconferência por aplicativo da internet através do link abaixo:

<https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3abzy7A92EbxyiAPRNP62ayxXnMu7f3dv4Ez-aAie-TKU1%40thread.tacv2/1722546294745?context=%7b%22Tid%22%3a%22b14f3d00-e897-4ab2-a8e7-ddd4aad56fd9%22%2c%22Oid%22%3a%22bbacc2fe-97d5-4032-861f-6dd2ee6be1ef%22%7d>

conforme previsto no Art. 58, para o dia 4 do mês de setembro de 2024 às 19:30h e em segunda chamada às 20:00h com qualquer número, tendo o seu término na mesma data, constando da pauta e ordem do dia os seguintes assuntos:

1. Alterar o Estatuto Social da LABRE-SC

Florianópolis/SC 22 de agosto de 2024.

Anderson Xavier
Presidente Conselho Deliberativo LABRE-SC

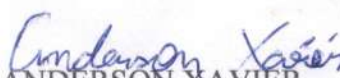
Filiada a International Amateur Radio Union – I. A.R.U.
Reconhecida como Associação de Radioamadores de âmbito nacional pela portaria 498, do Ministério das Comunicações em 06/06/1975.
Reconhecida como Associação Civil de Utilidade Pública, nos termos da Portaria nº 972, do Ministério da Justiça em 22/08/2002.
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei nº 2.114 de 26/10/1959.
Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei nº 452 de 26/08/1960.

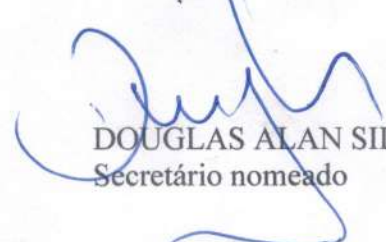




LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO – LABRE-SC

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DA LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RÁDIO EMISSÃO - LABRE-SC No dia 04 de setembro de 2024, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) em primeira chamada, e às 20h (vinte horas), em segunda chamada, na modalidade online, através da plataforma Teams, com a presença do Presidente do Conselho deliberativo da LABRE-SC, ANDERSON XAVIER, o Presidente da instituição LABRE-SC, DANIEL FERNANDES e demais associados, conforme relação anexa, deu-se por instalada a Assembleia Geral Extraordinária às 20h, em segunda chamada, para cumprimento do inciso IV, do artigo 7, do Estatuto Social vigente. O Presidente do Conselho deliberativo, Anderson Xavier, após cumprimentar os presentes, efetuou a leitura do edital de convocação, previamente divulgado, nos termos da lei. Na sequência, Anderson Xavier nomeou como secretário para auxiliá-lo nos trabalhos o senhor Douglas Alan Silva, o qual aceitou ao encargo. Prosseguindo, apresentou e efetuou a leitura detalhada do novo estatuto social da LABRE-SC, inclusive com mudanças, o qual havia sido disponibilizado anteriormente a todos os associados para que efetuassem eventuais alterações. Após a leitura, o associado Douglas sugeriu a inclusão do seguinte: “Para publicidade de seus atos aos associados e terceiros, sejam de qual natureza forem, a LABRE-SC poderá se valer de meio eletrônico, nas plataformas e aplicativos disponíveis, respeitando-se a lei geral de proteção de dados”, texto a ser inserido no “§ 3º do Art. 56 do novo estatuto. A inclusão foi debatida, colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. Seguindo-se, o novo estatuto, com suas alterações, foi colocado em discussão nesta assembleia geral extraordinária convocada especificamente para esta finalidade, seguindo-se para votação dos presentes, os quais aprovaram por unanimidade o novo estatuto da LABRE-SC. Às 20h30 (vinte horas e trinta minutos) a Assembleia Geral Extraordinária para modificação do estatuto teve seu encerramento. Florianópolis, SC, 4 de setembro de 2024.


ANDERSON XAVIER
Presidente do Conselho


DOUGLAS ALAN SILVA
Secretário nomeado


DANIEL FERNANDES
Presidente da LABRE-SC


JAIR MARCELO FABIANI
OAB/SC 9.436

ETIQUETA DE
REGISTRO NO
VERSO



Natureza do Título: Ata de Alteração Estatutária e Estatuto
Apresentante: Douglas Alan Silva
Protocolo nº: 73698 Livro: 38 Folha: 195
Registro nº: 69359, Livro: A - 244, Folha: 157
Dou fe/ Florianópolis/SC, 22/10/2024.

Paulo Ricardo Jacomet Filho - Escrevente

Emolumentos: Averbação sem valor econômico - R\$13,24; Selo pago - R\$0,00; Arquivamento - R\$25,16; Materialização ou Desmaterialização de Atos - R\$130,78; FRJ - R\$61,18; ISS - R\$13,46; - Total: R\$343,82 Selo Digital de Fiscalização - Selo normal - HGK40862-17ZX Confira os dados do ato em: sc.jus.br/selo

1º CÍRCULO DE REGISTRO CIVIL, INTERDIÇÕES E TUTELAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Iolê Luz Faria - Registradora Titular
Rua Emílio Blum, 131 - Sala 801 - Torre A - Centro - Florianópolis/SC - CEP 88.020-010
Telefones: (48) 3222-9290 - (48) 99989-6768 - E-mail: juridico@cartorioflorianopolis.com.br

OFÍCIO
Luz Faria
Oficial

COMARCA DE FLORIANÓPOLIS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO NOVO ESTATUTO DA LIGA AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSÃO - LABRE-SC No dia 01 de setembro de 2024, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) em primeira chamada e às 20h (vinte horas) em segunda chamada na modalidade online, através da plataforma Teams, com a presença do Presidente do Conselho deliberativo da LABRE-SC, ANDERSON XAVIER, o Presidente da Assembleia LABRE-SC, DANIEL FERNANDES e demais associados, conforme relação anexa, deu-se por instalada a Assembleia Geral Extraordinária às 20h, em segunda chamada, para cumprimento do inciso IV, do artigo 5º do Estatuto Social vigente. O Presidente do Conselho deliberativo, Anderson Xavier, após cumprimentar os presentes, efetuou a leitura do edital de convocação, previamente divulgado, nos termos da lei. Na sequência, Anderson Xavier nomeou como secretário para auxiliar-lo nos trabalhos o senhor Douglas Alan Silva, a qual ação se encerrou. Prosseguindo, apresentou e efetuou a leitura detalhada do novo estatuto social da LABRE-SC, inclusive com mudanças, o qual havia sido disponibilizado anteriormente a todos os associados para que efetuassem eventuais alterações. Após a leitura, o associado Douglas sugeriu a inclusão do seguinte "Para publicidade de seus atos aos associados e terceiros, sejam de qual natureza forem, a LABRE-SC poderá se valer de meio eletrônico, nas plataformas e aplicativos disponíveis, respeitando-se a lei geral de proteção de dados", texto a ser inserido no "§ 3º do Art. 5º do novo estatuto. A inclusão foi debatida, colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes. Seguindo-se, o novo estatuto, com suas alterações, foi colocado em discussão nesta assembleia geral extraordinária conforme especificamente para esta finalidade, seguindo-se para votação dos presentes, os quais aprovaram por unanimidade o novo estatuto da LABRE-SC. Às 20h30 (vinte horas e trinta minutos) a Assembleia Geral Extraordinária para modificação do estatuto teve seu encerramento, Florianópolis, SC, 4 de setembro de 2024.

VERSO
REGISTRO NO
CÍRCULO DE

DANIEL FERNANDES
Presidente da LABRE-SC

ANDERSON XAVIER
Presidente do Conselho

JAIR MARCELO TABANI
CAIRSC 9436

DOUGLAS ALAN SILVA
Secretário nomeado

Estação Oficial: 953AA
SEDE: Rua Jerônimo Coelho, 345 - Casa 110 - Centro - CEP 88010-030
Florianópolis - SC
Site Oficial: www.labre-sc.org.br - E-mail: labre@labre-sc.org.br